

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Petrobras propõe novo estatuto para BR	2
Título: STF veta venda da TAG pela Petrobras	5
Título: Supremo proíbe venda de estatal sem licitação.....	7
Título: Crise da Pemex e da PDVSA favorece estatal brasileira	8
Título: Venezuela terá de investir US\$ 200 bi para reerguer setor.....	11
Título: Eike Batista recebe maior multa já aplicada pela CVM	13
Título: Taesa aposta em debêntures e vê prazos mais longos como tendência.....	14
Título: Expansão do mercado vai além da agenda macro.....	16
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	17
Título: STF barra venda da TAG pela Petrobrás	17
Título: Em Barão de Cocais, moradores já duvidam de queda da barragem.....	19
Título: Pressão pesada	20
Título: CVM dá multa recorde a Eike, de R\$ 536 mi	20
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	22
Título: Fachin suspende venda de gasodutos da Petrobras fechada por US\$ 8,6 bi	22
Título: Estatal coloca à venda 27 campos terrestres de petróleo no Espírito Santo	24
Título: Vale tem novo diretor para área de minerais ferrosos e carvão	24
Título: Usiminas pagará reforma de R\$ 1,2 bi de alto-forno em MG.....	25
Título: CVM condena Eike a pagar multa de R\$ 536 mi por informação privilegiada	25
Título: Risco de barragem se romper deixa rastro psicológico em Barão dos Cocais.....	28
VEÍCULO: O Globo.....	30
Título: STF suspende venda de rede de gasodutos da Petrobras	30

Título: CVM multa Eike Batista em R\$ 536 milhões	31
Título: Áreas de Brumadinho cobertas por lama têm minério	33
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	35
Título: Suspensa venda da TAG	35

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti e Ivan Ryngelblum | De São Paulo

Título: Petrobras propõe novo estatuto para BR

Preocupada em garantir agilidade à oferta de ações da BR Distribuidora, a Petrobras propôs alterações minimalistas ao estatuto social da controlada. O novo documento, responsável pelos parâmetros de governança da companhia, só terá validade se a estatal conseguir vender os papéis que possui de forma que a distribuidora deixará de ter um sócio controlador e, portanto, de ser uma estatal.

A atualização retira as amarras estatais da BR, mas coloca poucas barreiras ao poder da Petrobras. Hoje dona de 71% da distribuidora, a expectativa é que fatia remanescente da Petrobras fique entre 30% e 40% após a operação. Nos documentos oficiais, porém, a estatal fala em reduzir para menos de 50%, ou seja, não será majoritária, mas ainda será prevalente.

A proposta de redação do estatuto que será levada aos acionistas da BR foi desenhada pela controladora e não pelo conselho de administração da própria

empresa, como seria a praxe. O colegiado da distribuidora não participou do processo nem com sugestões.

Conselheiro da BR eleito por minoritários sugere que estatuto deveria ter nova revisão após oferta da Petrobras

Consultada, a BR, que está em período de silêncio em razão dos planos para a oferta, apontou que todas as medidas foram adotadas em linha com a lei societária e que as propostas de alteração de estatuto asseguram a sua manutenção no Novo Mercado da B3. A Petrobras não quis comentar.

A assembleia de acionistas que avaliará as alterações sugeridas pela Petrobras foi marcada para 7 de junho. O conselho da BR aprovou a convocação do encontro, mas se manteve isento, sem recomendar aprovação ou rejeição. Na prática, a Petrobras é quem está definindo como será a governança da empresa quando deixar de ser sua controladora. Além de propor, tem maioria para garantir sua vontade.

A condução do tema pela Petrobras, segundo o **Valor** apurou, teve por objetivo garantir que o processo de aprovação fosse rápido dentro da estatal e evitasse modificações que poderiam ser consideradas polêmicas ou que exigiriam longos procedimentos internos de validação - ou até um escrutínio maior pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Essa estratégia da Petrobras é para realizar a operação até julho. A preços de mercado, se conseguir reduzir sua fatia até 30% da BR, a estatal poderia arrecadar mais de R\$ 10 bilhões. Na visão de analistas, o caminho escolhido, por um lado, pode garantir essa agilidade e a notícia de que a BR deixará de ser uma estatal é positiva. Mas, por outro lado, ao não impor maiores restrições à Petrobras, que continuará a acionista mais influente, a operação pode não alcançar o melhor preço possível.

Para um analista, a BR Distribuidora, hoje avaliada em pouco mais de R\$ 27 bilhões na B3, poderia valer mais de R\$ 35 bilhões, se ficasse garantida a redução da interferência estatal no negócio.

Com o novo estatuto, a Petrobras terá espaço para indicar até quatro de nove membros do conselho de administração, a depender do resultado da oferta e da participação dos acionistas em assembleia. Fica mantida a exigência já existente de que no mínimo 50% do conselho seja independente (acima do mínimo do próprio Novo Mercado), mas sem a imposição de restrição às indicações da estatal.

As principais novidades adotadas são a criação de um comitê de governança corporativa e partes relacionadas e a adoção de uma cláusula que determina a

realização de oferta a todos os acionistas caso algum investidor ou companhia compre ou alcance fatia de 50% ou mais do capital. Na prática, caso queira voltar a ser dona da BR, a Petrobras teria de seguir regras que obrigam uma oferta pública de aquisição por valor justo ou o maior preço pago pelas ações em mercado - o que for superior.

A função do comitê proposto é "promover e acompanhar a evolução do modelo de governança", "avaliar situações de potencial conflito de interesses e opinar sobre transações com partes relacionadas, desde que fora do curso normal dos negócios e que sejam da alçada do conselho de administração". O grupo terá de ser composto por três dos membros independentes do colegiado - e não poderá prevalecer na composição eleitos pelo mesmo acionista.

Tanto a rota escolhida pela Petrobras - de conduzir ela própria a reforma do estatuto da distribuidora - como as sugestões propriamente, levaram o conselheiro da BR eleito por minoritários Shakaf Wine a se manifestar separadamente sobre o tema. Seu voto foi acompanhado por outro conselheiro, Gregory Louis Piccininno.

Conforme o voto de Wine encaminhado pela BR à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o conselheiro defendeu garantir a limitação da influência estatal sobre a BR. Para tanto, as sugestões dele são limitar o poder de voto de um só acionista ou grupo a 30% do capital e as indicações ao conselho de administração a 1/3 do total. Wine também entende que a cláusula de obrigação de oferta de aquisição deveria ter como gatilho a compra de 30% do capital, e não de 50%. Entre as suas recomendações, também consta que o comitê de governança deve ter liberdade para avaliar todos os contratos entre partes relacionadas.

Apesar das ponderações, Wine entendeu que não deveriam ser criadas situações que impedissem o avanço da oferta pela Petrobras, a fim de que o "ótimo" não se tornasse inimigo do "bom", conforme o voto. Assim, foi favorável à convocação da assembleia da BR.

Para o analista de um grande banco nacional, as evoluções de governança da BR não ocorreram como o esperado após a listagem na B3. Ele avalia que o novo estatuto traz avanços, mas ainda insuficientes para lidar com os riscos de influência da União. "A dúvida é saber se a companhia, após ter o capital pulverizado, terá um conselho atuante e independente, assim como uma diretoria, para tomar medidas que possam maximizar os ganhos", ponderou.

Wine comenta, em seu voto, que o conselho poderia, no futuro, considerar nova revisão do estatuto. Um analista de mercado apontou que a efetividade da governança da BR dependerá da atuação dos acionistas, que terão de ser

propositivos e vigilantes. Outro especialista entende que o objetivo neste momento é permitir que a BR deixe de ser estatal, melhorando sua eficiência. Para isso, algumas questões de governança poderão não avançar num primeiro momento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Mariana Muniz, André Ramalho e Gabriel Vasconcelos | De Brasília e do Rio

Título: STF veta venda da TAG pela Petrobras

O programa de venda de ativos da Petrobras sofreu ontem novo revés no Supremo Tribunal Federal (STF). O ministro Edson Fachin entendeu que a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG), o principal desinvestimento realizado pela companhia, no valor de US\$ 8,6 bilhões, precisa passar por processo de licitação e decidiu, por meio de liminar, suspender a venda do ativo, que estava amparada por decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) desde janeiro. A decisão traz efeitos imediatos sobre o balanço do segundo trimestre da estatal, e reforça o ambiente de insegurança jurídica sobre o progresso do plano de desinvestimentos da petroleira, incluindo a venda da BR Distribuidora, da Liquigás e de oito refinarias.

Na decisão, Fachin disse não ver espaço para que a transferência do contrato celebrado pela Petrobras ou suas consorciadas fique fora do "regime constitucional de licitação". O caso chegou ao STF após o STJ suspender decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5) que determinava que a operação de alienação de 90% da participação acionária da TAG deveria respeitar processo licitatório, já que o procedimento implica em transferência de controle. A reclamação foi feita ao STF por três sindicatos de petroleiros, sob o argumento de que a determinação do STJ desrespeita decisão de 2018 do ministro Ricardo Lewandowski, do STF, que proibiu, por meio de liminar, que a alienação de estatais seja feita sem o aval do Congresso.

O gabinete de Lewandowski informou ao **Valor** que a decisão liminar dada em junho de 2018 - proibindo que a alienação de estatais seja feita sem o aval do Congresso - deverá ser levada ao plenário. Assim, o mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que discute a transferência de controle acionário de empresas públicas, sociedades de economia mista e subsidiárias ou controladas, da qual Lewandowski é relator, só deverá ser julgado depois que as duas

liminares - a dele, e a de Fachin - forem analisadas pelos demais integrantes da Corte.

A Petrobras informou, em nota, que ainda não foi intimada da liminar de Fachin. "A Petrobras avaliará a decisão e irá tomar as medidas cabíveis em prol dos seus interesses e de seus investidores", disse a estatal. A empresa defendeu a venda de ativos. "A Petrobras reforça a importância dos desinvestimentos através da gestão de portfólio para a redução do nível de endividamento e geração de valor, em linha com seu Plano de Negócios e Gestão 2019-2023 e Plano de Resiliência."

A TAG foi vendida para a francesa Engie e o fundo canadense CDPQ, por US\$ 8,6 bilhões, incluindo pagamento das dívidas de US\$ 800 milhões da transportadora com o BNDES. O contrato estabelece que o pagamento deva se dar na data do fechamento da operação, prevista para ocorrer entre maio e junho. Agora, como resultado da decisão de Fachin, deve haver efeito imediato no balanço da Petrobras do segundo trimestre, uma vez que os recursos da venda podem não mais entrar no caixa da petroleira até junho. A venda da transportadora é a principal fonte de caixa da empresa neste ano, no programa de desinvestimentos. O valor da negociação é superior a todos os negócios anunciados pela empresa entre 2017 e 2018, que somaram US\$ 8,5 bilhões.

A decisão de Fachin remonta a uma ação popular dos petroleiros na Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5), contra a venda de 90% da TAG sem licitação. Em junho de 2018, o TRF-5 suspendeu o negócio alegando que a Petrobras não pode alienar o controle societário das subsidiárias sem licitação, já que o decreto nº 2.745/98 (Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petrobras) diz ser o leilão a modalidade adequada para a alienação de ativos da estatal.

Em janeiro, a decisão do TRF-5 foi revertida no STJ ante o argumento de que "obstar a operação econômica em questão significaria grave risco à economia pública e ao orçamento público federal". Com o aval do STJ, a Petrobras retomou o processo de venda da TAG. A estatal informou, na ocasião, que se baseava também no parecer da Advocacia Geral da União (AGU) que concluiu que a Petrobras já detém autorização legislativa para alienar suas subsidiárias.

Em resposta a ação ajuizada pelos sindicatos dos petroleiros do Estado de São Paulo (Sindipetro-SP), Bahia (Sindipetro-BA) e Paraná e Santa Catarina (Sindipetro PR/SC), Fachin recorreu a uma medida cautelar do ministro Lewandowski, do ano passado, que proíbe a venda de ações de empresas públicas, sociedades de economia mista ou de suas subsidiárias ou controladas sem prévia autorização legislativa, sempre que se envolva a alienação do controle acionário da subsidiária. Segundo o ministro, a dispensa de licitação só

pode ser aplicada quando não houver a perda de controle acionário das empresas envolvidas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Mariana Muniz, André Ramalho e Gabriel Vasconcelos | De Brasília e do Rio

Título: Supremo proíbe venda de estatal sem licitação

O programa de venda de ativos da Petrobras sofreu ontem novo revés no Supremo Tribunal Federal (STF). O ministro Edson Fachin determinou que a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG), principal desinvestimento já realizado pela estatal, no valor de US\$ 8,6 bilhões, precisa passar por processo de licitação. Em liminar, ele suspendeu a venda do ativo, que foi concretizada em abril e estava amparada por outra decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) desde janeiro.

A decisão de Fachin traz efeitos imediatos para o balanço do segundo semestre da Petrobras e cria um ambiente de insegurança jurídica para a continuidade do plano de desinvestimentos da petroleira, incluindo a venda de BR Distribuidora, Liquigás e oito refinarias. O ministro considerou não haver espaço para que a venda fique fora do "regime constitucional de licitação".

O caso chegou ao STF depois que o STJ suspendeu decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5), que havia determinado a obrigatoriedade da licitação no processo. A TAG foi vendida para a Engie e para o fundo canadense CDPQ, por US\$ 8,6 bilhões, incluindo o pagamento das dívidas de US\$ 800 milhões da empresa. O pagamento, pelo contrato, deveria se dar entre maio e junho. Agora, com a suspensão da operação, haverá impacto negativo direto no balanço da Petrobras do segundo trimestre.

A venda da transportadora é a principal fonte de caixa da empresa neste ano, dentro do programa de desinvestimentos, que pode atingir de US\$ 30 bilhões a US\$ 40 bilhões em doze meses. O valor envolvido na negociação é superior a todos os negócios anunciados pela empresa entre 2017 e 2018, que somaram cerca de US\$ 8,5 bilhões.

Em outra decisão sobre a venda de estatais, o ministro do STF Ricardo Lewandowski, em junho, proibiu essas operações, em caso de transferência de controle, sem autorização legislativa.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 28/05/2019****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito e André Ramalho | De San Diego (EUA) e do Rio****Título: Crise da Pemex e da PDVSA favorece estatal brasileira**

Em rota de recuperação após a crise desencadeada pela queda dos preços do petróleo e pelo desgaste de imagem com escândalos de corrupção, nos últimos anos, a Petrobras vem se consolidando, aos poucos, como a maior produtora da região. Enquanto a estatal brasileira tem perspectivas de novos recordes operacionais no pré-sal e vem reduzindo sua dívida, as demais gigantes da região - a venezuelana PDVSA e a mexicana Pemex - convivem com o declínio da produção, escândalos de corrupção e situação financeira difícil.

Devido ao alto grau de concentração de mercado no México e na Venezuela, a situação delicada das estatais locais acaba por afetar a atratividade do mercado latino-americano como um todo. Com uma agenda mais pró-mercado, o Brasil, segundo analistas consultados pelo **Valor**, vive o momento mais favorável à atração de investimentos na região.

"O caminho das estatais latino-americanas tem sido sofrido. A Petrobras tem feito o seu dever de casa para reduzir sua dívida e está num estágio mais maduro que suas vizinhas neste momento. A estatal foi a única a ter sido submetida a uma investigação contra a corrupção como a Lava-Jato. Institucionalmente estamos mais sólidos", afirma a pesquisadora da FGV Energia, Fernanda Delgado.

A Pemex, por exemplo, viu sua dívida superar os US\$ 100 bilhões e ultrapassar o patamar de endividamento da Petrobras. Utilizada pelo governo local como fonte de receitas, para equilíbrio das contas públicas, a estatal mexicana perdeu capacidade de investimentos nos últimos anos e viu sua produção cair 30% desde 2014. Após a eleição de Andrés Manuel López Obrador, em 2018, a empresa também tem sido impelida a construir novas refinarias e a situação tem preocupado analistas.

A agência de risco Fitch, por exemplo, reduziu, em janeiro, a nota de classificação da empresa de BBB+ para BBB- (ainda ligeiramente acima das notas da Petrobras). Em meio à escalada do endividamento, o governo mexicano prepara um pacote de socorro de US\$ 8 bilhões à companhia.

Nenhum outro quadro, contudo, é mais preocupante do que o da PDVSA, principal produtora da América Latina até 2015, mas que sofre com o agravamento da crise política e econômica da Venezuela. Desde 2016, a

empresa não publica mais relatórios financeiros e operacionais. Segundo estimativas do mercado, a produção atual do país é 750 mil barris diários, menos do que produz a Colômbia. Em fevereiro, a Moody's retirou sua classificação de risco para a estatal por "motivos de negócio" - até então, a classificação para PDVSA era um C, a nota mais baixa da escala.

Além da crises financeiras, escândalos de corrupção também pairam sobre as irmãs latino-americanas. Este mês, Emilio Lozoya, diretor da Pemex durante o governo de Enrique Peña Nieto, foi afastado de cargos públicos por dez anos, depois de ter sido citado em denúncias de corrupção envolvendo a Odebrecht no México. Na Venezuela, uma investigação da Assembleia Nacional, de maioria oposicionista, apontou o "sumiço" de US\$ 11 bilhões dos cofres da PDVSA entre 2004 e 2014.

Com o agravamento da crise da Venezuela e o cenário avesso a investimentos privados no México, o Brasil tem uma janela de oportunidade única para atrair investidores e contribuir para o resultado fiscal do governo com os leilões de áreas petrolíferas - só o leilão do excedente da cessão onerosa, previsto para 28 de outubro, envolve bônus de assinatura de R\$ 106 bilhões.

Com um cardápio de ativos de qualidade e um ambiente regulatório favorável a investimentos privados, especialistas acreditam no sucesso dos leilões deste ano no Brasil, mesmo se a reforma da previdência não for aprovada.

"A reforma da previdência é essencial para estabilizar os indicadores financeiros. Mas você tem um marco regulatório sustentável, especialmente no setor extrativo. Isso pode mitigar o risco país" afirmou Lucas Aristizabal, diretor de ratings corporativos da Fitch. "Esperamos uma grande participação no leilão [dos excedentes]. Sem querer minimizar o desafio do Brasil com a reforma da previdência, o potencial de investimentos [em óleo e gás] pode acontecer mesmo sem a reforma", disse o especialista, que participou de uma rodada de discussões sobre investimentos no setor petrolífero na América Latina, durante a La Jolla Energy Conference, promovida pelo Institute of Americas, em San Diego.

Para sócio da E&Y, o debate sobre a abertura do mercado de gás natural traz novas perspectivas para o país

O painel foi unânime em apontar o Brasil como o país que reúne as melhores condições para investimentos em óleo e gás na região. Outro destaque apontado, fora os leilões, foi o plano de desinvestimentos da Petrobras, que, segundo Aristizabal, está disponibilizando ativos de classe mundial.

Para o sócio da Ernst & Young em Portugal, Alexandre Oliveira, o debate sobre a abertura do mercado de gás natural traz novas perspectivas para o Brasil. Um dos grandes desafios, segundo ele, é construir um ambiente regulatório que inspire confiança. "A América Latina é uma região com incertezas que não ajudam e tem um trabalho pela frente para ganhar a confiança do investidor", disse.

Lisa Viscidi, diretora do programa de Energia, Mudança Climática e Indústria Extrativa da organização não-governamental Inter-American Dialogue, diz que o marco regulatório para exploração e produção no Brasil está bem desenhado. Porém, ainda há preocupação e incertezas quanto à autonomia da política de preços dos combustíveis da Petrobras. Ela destacou também o risco de uma nova greve de caminhoneiros no país.

"Hoje, os países que têm reservas, um governo sensato, regras estáveis e transparência vão se beneficiar de maiores investimentos. A grande tarefa do Brasil é assegurar que a questão da corrupção foi endereçada e as regras serão estáveis, apesar de vermos incertezas na política", complementou Raul Gallegos, diretor associado da consultoria Control Risk.

O México, que competiu com o Brasil nos últimos anos por investimentos, após abertura implementada por Enrique Peña Nieto, vive situação oposta hoje. A decisão do governo Obrador de não realizar novos leilões e oferecer contratos de serviço que reduzem retornos para o investidor privado devem afugentar as grandes petroleiras internacionais. A boa notícia é que o governo não deve revisar os contratos firmados durante a gestão anterior. Ainda assim, o cenário mexicano é complicado: a Pemex não se modernizou tecnicamente para aumentar o fator de recuperação de seus principais campos e a produção nacional declina.

Segundo Chris Sladen, ex-presidente da BP no país e consultor da Reconnoitre, o México precisará de investimentos de US\$ 41 bilhões ao ano para produzir 2,4 milhões de barris diários, em 2024, conforme previsto no plano de Obrador. O problema é como financiar esse volume em um cenário avesso a participação privada. Para ele, a Pemex não tem condições financeiras de realizar esses investimentos sozinha.

Situação bem mais complicada vive a Venezuela e sua estatal PDVSA. Devido à crise econômica e política, especialistas acreditam que, mesmo em um cenário de queda do presidente Nicolás Maduro ou do chavismo, a reconstrução do setor petrolífero local levará entre cinco e dez anos e demandará investimentos de US\$ 200 bilhões.

Outro país relevante na região, a Argentina, possui potencial de expansão de sua produção, sobretudo de gás não convencional no campo de Vaca Muerta, na província de Neuquén. O problema é a incerteza política devido às eleições presidenciais de 2019, que poderá contar com a participação da ex-presidente Cristina Kirchner.

No lado positivo para investimentos na América Latina estão Guiana e Colômbia. O primeiro país vai entrar para o clube de produtores de petróleo no primeiro trimestre de 2020, com o início da produção na área da promissora descoberta de Liza. A expectativa é que, já nos próximos anos, a Guiana ultrapasse a Venezuela em produção de petróleo. O país, porém, ainda precisa desenvolver sua infraestrutura petrolífera e assegurar a consistência do marco regulatório. Até 2017, o governo não tinha um departamento de energia.

Já a Colômbia desponta com um ambiente regulatório estável e atrativo. Segundo o presidente da Agência Nacional de Hidrocarburos, Luis Miguel Morelli, com os contratos previstos com petroleiras este ano, a estimativa é de investimentos de US\$ 3 bilhões em quatro anos. Com isso, espera-se que as reservas (1,9 bilhão de barris de óleo equivalente), dobrem.

O repórter Rodrigo Polito viajou a convite do Institute of Americas

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | De San Diego (EUA)

Título: Venezuela terá de investir US\$ 200 bi para reerguer setor

A eventual instalação de um novo governo na Venezuela, aberto à receber capitais privados, demandará tempo para reestruturar o setor petrolífero a ponto de tornar o país um "competidor" para o Brasil em termos de atração de investimentos externos na área, de acordo com a opinião de especialistas ouvidos pelo **Valor**. Estima-se que, para retomar a produção petrolífera venezuelana para o patamar de 2,7 milhões de barris ao dia, observada entre 2011 e 2015, serão necessários investimentos de US\$ 20 bilhões por ano, a maioria privados, durante cinco a dez anos.

Para Raul Gallegos, diretor da consultoria Control Risks, é praticamente impossível traçar um cenário político para a Venezuela para além de seis meses. A principal aposta, no entanto, é que o governo de Nicolás Maduro se

mantenha até o fim deste ano - o que agravará as condições de produção petrolífera venezuelana e, evidentemente, da economia local.

"Nosso caso base hoje é que será muito difícil para retirar Maduro do poder apenas com pressão mundial e sanções, porque a oposição local está fraca. Ela tem apoio dos Estados Unidos, mas é uma oposição muito pacífica ante um governo muito inescrupuloso. Nessas circunstâncias, é muito difícil imaginar que Maduro vai cair e a oposição vai controlar as coisas", afirmou Gallegos, autor do livro "Crude Nation", de 2016, que mostra como historicamente a Venezuela foi incapaz de criar um mecanismo para poupar recursos com a riqueza petrolífera.

Para ele, o segundo cenário mais provável seria Rússia, China, Cuba e EUA negociarem uma solução com a Venezuela. O terceiro cenário, menos provável, seria o próprio chavismo retirar Maduro e colocar outra pessoa em seu lugar. "Este é o cenário mais perigoso, porque você não sabe quem pode assumir o poder", afirmou.

Segundo uma fonte que acompanhou os últimos processos eleitorais da Venezuela e falou sob condição de anonimato, o país precisará de um "Plano Marshall" (plano de reconstrução da Europa após a 2ª Guerra Mundial). Para ele, a melhor saída é a realização de novas eleições após uma eventual queda de Maduro. Mas seria necessário, no mínimo, um período entre seis a oito meses para preparar uma eleição séria no país,.

Questionado sobre a possibilidade de uma intervenção militar na Venezuela, a fonte disse ser pouco provável. Ela, no entanto, destacou que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, fará o que for necessário para buscar a reeleição em 2020. Nesse caso, não está descartada uma ação na Venezuela, com objetivo eleitoral. "Se algo for necessário para vencer as eleições, Trump irá fazer", disse.

Outro ponto importante será o papel da China e Rússia, que juntas têm a receber mais de US\$ 30 bilhões da Venezuela. Na opinião de especialistas, os dois países acompanham de perto a situação, mas sem previsão de ação. Para os dois países, mais importante que a dívida da Venezuela, é manter a influência em um país com o maior volume de reservas petrolíferas do mundo, de 300 bilhões de barris, e situado no continente americano.

De olho no potencial das reservas, algumas empresas mantêm atividades no país, para estarem bem posicionados numa eventual reabertura do setor. Caso da Chevron. Outras, como a ExxonMobil, interromperam as atividades.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 28/05/2019****Seção: Empresas****Autor: Juliana Schincariol | Do Rio****Título: Eike Batista recebe maior multa já aplicada pela CVM**

O empresário Eike Batista recebeu a maior multa individual já aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de R\$ 440,8 milhões, por uso de informação privilegiada com ações da OGX. No total, o valor das penalidades chegou a R\$ 536,5 milhões. As penas corresponderam a duas vezes e meia os valores que o ex-bilionário deixou de perder com vendas de papéis da empresa. A decisão foi unânime no colegiado da autarquia.

Até então, a maior multa aplicada pela CVM a uma pessoa física ocorreu em 2008, ao ex-dono do Banco Santos, Edemar Cid Ferreira, de R\$ 264,5 milhões. A massa falida da instituição financeira tem multa equivalente. Como ainda não foram pagos, os valores corrigidos superam R\$ 600 milhões.

No caso julgado ontem, a CVM entendeu que a cúpula da OGX tinha conhecimento da inviabilidade de campos que operava desde pelo menos 2012, depois de contratar consultoria especializada e formar um grupo de trabalho para analisar o assunto. Mesmo assim, em março de 2013 declarou a comercialidade de campos à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Mas no dia 1º de julho de 2013 informou ao mercado a inviabilidade econômica de Tubarão Azul, Tubarão Tigre, Tubarão Gato e Tubarão Areia.

O fato marcou a derrocada da OGX e culminou com sua recuperação judicial. Cinco anos antes, sua oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) havia levantado quase R\$ 7 bilhões.

Além da multa, no mesmo processo Eike foi proibido de atuar por sete anos em cargos de direção ou conselhos de companhias abertas. Ele foi condenado por manipulação de preços, ao divulgar mensagens positivas no Twitter. As postagens davam a entender que os investidores deveriam ter paciência e manter a confiança nas companhias, induzindo-os ao erro, na visão do diretor Henrique Machado, relator do caso. Na época, Eike era controlador e presidente do conselho da OGX.

O processo, instaurado pela Superintendência de Relações com Empresas (SEP), constatou que o empresário optou por vender os papéis da companhia - entre maio e junho de 2013 - de posse das informações, que não eram de conhecimento do mercado. Por essa venda, foi multado em R\$ 440,8 milhões pelo regulador. Foi multado ainda em R\$ 95,7 milhões por um segundo bloco de vendas, entre agosto e setembro daquele ano. Para o diretor, Eike tinha ciência, ao contrário do resto do mercado, de que não iria cumprir com o compromisso de comprar até US\$ 1 bilhão em ações da empresa.

A defesa de Eike vai recorrer da decisão no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN). "As vendas só aconteceram em três situações em que havia três contratos de dívida com garantia nas ações alienadas ao qual ele estava ligado", afirmou o advogado Darwin Corrêa, referindo-se a uma dívida com o fundo soberano Mubadala. Também falou que o Twitter não é meio hábil para manipular preços, citando parecer da Procuradoria Federal Especializada da CVM. "Eu só posso atribuir esse julgamento a uma visão de dar espaço a uma espécie de clamor público. O Eike é uma figura que desperta muitas emoções. E as pessoas não se conformam no fundo que a OGX não deu certo pelo risco do negócio, mas ele nunca teve intenções de se aproveitar de nada".

O especialista em governança corporativa Renato Chaves questionou a inabilitação do executivo por sete anos. "É pouco. Administrador condenado por 'insider' merece 20 anos. A condenação precisa ter um caráter educativo para o mercado", afirmou.

Dos cinco julgamentos marcados para ontem, a CVM concluiu dois. No outro caso, absolveu Eike, ex-diretores e ex-conselheiros da CCX, empresa de mineração de carvão. O processo analisou se houve omissão, nas demonstrações financeiras do primeiro trimestre de 2013, de informações relevantes para a compreensão da situação financeira e patrimonial da empresa. O caso referiu-se a incertezas quanto à recuperabilidade do valor de seus ativos de mineração de carvão na Colômbia. Os julgamentos dos outros três processos foram suspensos após pedido de vistas do presidente Marcelo Barbosa. Segundo ele, serão retomados em algumas semanas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/05/2019

Seção: Finanças

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Taesa aposta em debêntures e vê prazos mais longos como tendência

A emissão de R\$ 210 milhões em debêntures incentivadas pela Taesa com o prazo de vencimento alongado, de 25 anos, indica uma tendência para esse tipo de financiamento, que se mostra cada vez mais atrativo para os investidores de infraestrutura. A avaliação é de Raul Lycurgo Leite, presidente da transmissora de energia, que tem um grande número de projetos em construção na carteira e deve voltar a acessar o mercado em breve.

"Esse prazo é importante para a gente porque faz com que nossos projetos tenham um retorno maior, e é o que vamos buscar nas próximas emissões de debêntures de infraestrutura", disse Marcus Aucélio, diretor financeiro e de relações com investidores da Taesa, para quem a operação foi "um marco" e deve indicar uma nova tendência de prazo para emissões do tipo. "Verificamos que há grande confiança do mercado na Taesa, devemos perseguir oportunidades como essa no futuro", completou o executivo.

No total, a companhia concluiu ontem a emissão de R\$ 1,06 bilhão em debêntures. O total de R\$ 850 milhões em debêntures institucionais teve taxa de 108% do CDI e pagamento "bullet" (no vencimento). Esses recursos serão voltados para reforço de caixa e pagamento de aquisições feitas ano passado. Os R\$ 210 milhões em debêntures incentivadas tiveram custo de IPCA mais 5%, e serão destinados a três projetos de transmissão em fase de construção, dois dos quais devem entrar em funcionamento até o fim deste ano.

Neste ano, a Taesa já havia captado R\$ 224 milhões em debêntures simples, recursos destinados ao projeto Janaúba, que inclui uma linha de transmissão de 542 quilômetros entre Minas Gerais e Bahia. O prazo também foi considerado longo, de 14 anos. "Se em fevereiro essa emissão já foi um gol de placa para nós, nossa equipe financeira correu atrás de um prazo ainda mais alongado e eficiente", disse Lycurgo.

Os R\$ 210 milhões emitidos como debêntures incentivadas receberam ainda certificação como "green bonds", o que é tido como prioridade na Taesa, segundo Lycurgo. "Essa questão socioambiental é muito importante para nós", afirmou. De acordo com o executivo, a transmissora já tem nível alto de governança e transparência, mas tem como meta melhorar e obter classificação superior nos critérios de certificação. "Hoje, somos Nível 2 na B3, mas trabalhamos para seguir todas as regras do Novo Mercado", disse, se referindo aos níveis de governança da bolsa.

A Taesa tem sido destaque no setor elétrico em termos de aquisições e participação em leilões. Atualmente, a transmissora tem nove empreendimentos em construção, que somam R\$ 5,6 bilhões em investimentos. Além disso, a companhia fechou no ano passado a aquisição de participação da Âmbar, braço de energia da J&F, em ativos de transmissão por cerca de R\$ 950

milhões. Também adquiriu as participações da Eletrobras em três ativos de transmissão na qual já tinha participação.

Mesmo com as aquisições, a companhia segue com espaço para novos investimentos. Ao fim de março, a relação entre dívida líquida e Ebitda (sigla em inglês para resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) da transmissora estava em 1,7 vez. "A alavancagem sobe em função dos investimentos nos projetos em andamento, mas sempre adequada para que continuemos com rating 'AAA' nas agências de rating", disse Aucélio.

Para os novos investimentos, a Taesa vai avaliar as oportunidades, incluindo mercado de capitais e bancos de fomento. As debêntures de infraestrutura devem continuar uma alternativa atrativa. Aucélio lembrou que o total de dívida emitida nessa categoria subiu de R\$ 9 bilhões em 2017 para R\$ 21,6 bilhões ano passado. "Há expectativa ainda de acréscimo de 25% neste ano", apontou.

"Acreditamos que o futuro do mercado de debêntures de infraestrutura é muito promissor. É importante para nós e para companhias que precisam captar para projetos que tenhamos o mercado de capitais como alternativa ao BNDES", completou Aucélio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/05/2019

Seção: Finanças

Autor: De São Paulo

Título: Expansão do mercado vai além da agenda macro

A aprovação da reforma da Previdência é um cenário que está conta da maioria das casas de análise. Mas e se o pior temor dos economistas se concretizar com o fracasso do projeto? No caso dos fundos imobiliários, mesmo na hipótese de um quadro de desequilíbrio severo, existem categorias que podem manter o ganho, ou seja, estariam "blindadas" ou, em boa medida, descoladas dos riscos macroeconômicos, segundo gestores.

O próprio ciclo imobiliário, que começou a deixar para trás os momentos de retração a partir de 2018, pode a se acelerar nos próximos anos devido à retomada gradual da economia. O principal mercado do país, o da capital paulista, que costuma liderar os momentos de expansão, já mostra sinais de melhora.

As áreas comerciais mais nobres em São Paulo, nos bairros do Itaim Bibi, Vila Olímpia e região da avenida Faria Lima, fecharam o primeiro trimestre com vacância de 23,1% para os imóveis de padrão A ou acima, segundo a JLL. Apesar

do nível ainda elevado, houve redução de 2,4 pontos percentuais ante o mesmo período de 2018.

"Em São Paulo, na Faria Lima, Itaim e avenida Paulista já não tem tanto espaço vago e, nos que existem, o proprietário está pedindo valor maior e tem menos flexibilidade [para negociar]", pondera Anita Scal, sócia da Rio Bravo. Ela acrescenta que há áreas específicas na capital paulista com vacância abaixo de 10%.

Segundo Marcus Castro, da Hectare Capital, diz que há outros fatores que podem impulsionar algumas regiões, independentemente até mesmo da agenda do governo. "Há alguns setores da economia nos quais o lado micro está andando e isso os torna um tanto descolados das reformas", pondera.

Diego Siqueira, CEO da TG Core Asset, diz que a retomada dos leilões de blocos de exploração de petróleo, com destaque para o pré-sal, e a própria recuperação dos preços de commodities vão impulsionar algumas regiões litorâneas no país. "Investimento vindo de outros setores afetam diretamente o mercado imobiliário", afirma. O gestor cita os casos das cidades de Altamira (MG) e Paraopeba (MA), que, devido aos investimento da Vale, "duplicaram de tamanho" em um passado recente.

Castro, da Hectare, também cita regiões na "fronteira do agronegócio". Segundo o gestor, "várias áreas do Centro-Oeste e do interior de São Paulo, mesmo durante os anos de recessão, mantiveram crescimento". Ainda segundo ele, o segmento de logística é outro "que sofreu nos últimos anos, mas vai se beneficiar do crescimento do comércio eletrônico"

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/05/2019

Seção: Economia

Autor: AMANDA PUPO e RENÉE PEREIRA

Título: STF barra venda da TAG pela Petrobrás

Segundo decisão de Fachin, negócio com rede de gasodutos, que movimentou US\$ 8,6 bilhões, só poderia ter sido feito depois de licitação

Quase dois meses depois de a Petrobrás anunciar a venda de 90% da Transportadora Associada de Gás (TAG), por US\$ 8,6 bilhões, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin suspendeu o negócio por meio de liminar. O argumento do ministro, que acolheu pedido feito pelos sindicatos dos petroleiros e de trabalhadores de refinarias, é que a venda precisa passar por um processo de licitação. Hoje, o plenário do STF deve julgar se mantém ou não o parecer de Fachin.

A decisão representa um revés no plano de venda de ativos da Petrobrás, que tenta com a estratégia melhorar seu caixa. No caso da TAG, o processo de venda já havia sido interrompida em meados do ano passado após decisão do Tribunal Regional Federal da 5.ª Região e só foi retomado em janeiro deste ano depois que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) autorizou a venda dos ativos da petroleira.

Mas, segundo Fachin, a decisão do STJ contraria entendimento do STF. Nessa decisão, a venda de ações de empresas de economia mista ou de suas subsidiárias, que implique perda de controle acionário, exige autorização legislativa prévia e licitação. A venda da TAG, no entanto, obedeceu regras estipuladas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Na primeira fase, a Petrobrás abriu o processo para todos os investidores interessados. A melhor proposta passou para a segunda fase, que foi a de negociação dos cláusulas do contrato de venda. Após esse período, o processo foi aberto para os demais investidores que participaram da primeira fase. Ou seja, todos puderam refazer suas propostas – e o fizeram. A vencedora foi a do consórcio formado pela francesa Engie e o fundo canadense Caisse de Depot e Placement du Quebec.

Ao dar a liminar, Fachin observou que um dos requisitos para a decisão foi a necessidade de "evitar o risco de irreversibilidade, caso o procedimento de venda tenha continuidade". Segundo fontes ligadas ao processo, o contrato de venda da TAG já foi assinado e o pagamento deveria ocorrer nas próximas semanas.

Procurada, a Engie não quis comentar o assunto. A Petrobrás e a Advocacia-Geral da União (AGU) afirmaram que ainda não foram intimados da decisão. A estatal destacou, entretanto, que vai avaliar o caso para tomar as medidas cabíveis. "A Petrobrás reforça a importância dos desinvestimentos através da gestão de portfólio para a redução do seu nível de endividamento e geração de valor, em linha com seu Plano de Negócios e Gestão 2019- 2023 e Plano de Resiliência."

Plenário. Fachin pediu preferência para inclusão do processo na pauta do plenário para que seja analisado pelo colegiado. Questionado se a decisão incluía outros ativos da Petrobrás, o gabinete do ministro Edson Fachin afirmou que a ação "limita-se a suspender a decisão reclamada, ou seja, a do STJ (que suspendia a decisão do TRF-5 contra a venda de ativos)".

O vaivém das decisões judiciais em relação à venda da TAG é uma sinalização ruim para os investidores estrangeiros que estão de olho em ativos no Brasil,

afirmam especialistas e advogados. A questão é que o País precisará de recursos externos para a retomada de crescimento.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/05/2019

Seção: Metrópole

Autor: Felipe Resk ENVIADO ESPECIAL BARÃO DE COCAIS (MG)

Título: Em Barão de Cocais, moradores já duvidam de queda da barragem

Autoridades haviam previsto rompimento da estrutura até o domingo passado; ontem, banco e Correios reabriram

O aposentado Carlos Leal, de 69 anos, passou a maior parte da última noite acordado, recortando moldes de papelão e pintando faixas contra a Vale, dona da mina do Gongo Soco, em Barão de Cocais (MG), que desde fevereiro está prestes a desabar. "Honestamente, no início achei até prudente nos retirar da chamada área de risco", diz. "Mas agora não acredito que a barragem vai cair."

Leal morava em um sítio na Vila do Gongo, um dos quatro distritos que podem ser soterrados em poucos minutos pelo mar de lama de rejeitos, caso a estrutura se rompa. Por causa do risco, foi levado para um apartamento alugado em Santa Bárbara, cidade vizinha, longe da sua horta e dos passarinhos que costumavam pousar na janela de casa. "Eu queria passar meus últimos dias ali, mas olha o que está acontecendo... Eles vão destruindo nossa vida."

E não é exceção. Em Cocais, o número de moradores que não acreditam estar sob risco cresce a cada dia, cansados de transtornos causados pela incerteza sobre a barragem. Na semana passada, a cidade havia parado com a notícia de que uma auditoria contratada pela Vale apontava que a parede de contenção da mina, o talude, romperia até domingo, podendo causar a queda da barragem. Mas o prazo passou. Embora a queda do talude ainda seja dada como certa, ninguém arrisca mais informar prazo. Os sucessivos alertas sobre a estrutura, que não se confirmaram, têm provocado efeito colateral: o aumento de descrentes.

Autoridades envolvidas no plano de emergência já demonstram preocupação. "Quando você determina que o talude vai cair em uma data, e não cai, pode ter certeza que aumenta a comunidade que não acredita mais em nada", diz o prefeito Décio Geraldo dos Santos (PV). "Temo que isso possa atrapalhar. As pessoas têm de ficar atentas para que a gente consiga salvar todas as vidas."

De volta à rotina. Ontem, agências bancárias e dos Correios, que haviam fechado as portas, voltaram a funcionar. Escolas e o hospital também ficaram abertas. Para o prefeito, a continuidade dos serviços é importante para os

moradores e para a "imagem da cidade". "Até os parentes estavam com medo de vir aqui fazer visita", diz o prefeito.

"Muita gente fala que a barragem não vai romper, mas quem sabe? A gente fica desorientado", diz o técnico de almoxarifado Adão Miranda, de 41 anos. Também morador da Vila do Gongo, o aposentado José Sayão, de 79 anos, é outro que não acredita mais no rompimento da barragem. "Vai fazer quatro meses que me tiraram de casa e até agora nada", diz. Segundo conta, o imóvel foi alvo de saqueadores no período. "Arrombaram a porta e levaram TV, eletrodoméstico, acabaram com tudo. Uma zona."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/05/2019

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Pressão pesada

Direto da Fonte

Existe um certo desconforto, dentro da Petrobrás, com a presença de Marcelo Gasparino no conselho fiscal da estatal. Ainda pesam na memória os processos a que respondeu na CVM – apesar de ter sido absolvido. Tampouco gostam da sua proximidade com Lírio Parisotto.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/05/2019

Seção: Economia

Autor: Denise Luna / RIO

Título: CVM dá multa recorde a Eike, de R\$ 536 mi

Empresário também foi proibido de atuar como administrador ou conselheiro de empresa aberta por sete anos, por manipulação de preços

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), autarquia que regula o mercado de capitais, condenou ontem o empresário Eike Batista a pagar uma multa R\$ 536,5 milhões por uso de informação privilegiada com ações da petroleira OGX, hoje conhecida como Dommo Energia. O empresário também foi proibido de atuar como administrador ou conselheiro de companhia aberta por sete anos, por manipulação de preços.

Segundo a CVM, Eike tentou induzir investidores a erro com mensagens positivas publicadas no Twitter, quando já sabia das condições negativas dos campos de petróleo. Já no caso envolvendo os papéis da empresa de carvão

CCX, o empresário foi absolvido das acusações de omitir informações sobre a real situação da companhia colombiana.

O valor da multa aplicada ao empresário supera a maior multa individual anterior, destinada a Edemar Cid Ferreira, dono do Banco Santos, que somou R\$ 264,5 milhões (em valores de 2008) e que ainda não foi paga.

Morosidade. A punição a Eike Batista ocorre quatro anos após os processos terem sido instaurados pela CVM. O colegiado da autarquia decidiu pela condenação do empresário por unanimidade.

Em reunião que durou quase o dia todo, a CVM aplicou duas multas ao empresário, que juntas somam R\$ 536,5 milhões. A primeira foi de R\$ 440,8 milhões pela venda ações da OGX, cifra que corresponde a duas vezes e meia o valor das perdas que Eike teria tido, se tivesse revelado à época a informação que detinha sobre a redução da estimativa de produção dos campos da empresa: Tubarão Azul, Tubarão Tigre, Tubarão Gato e Tubarão Areia.

Em julho de 2013, a OGX informou ao mercado que havia declarado inviabilidade econômica de campos de petróleo que antes considerava promissores, com destaque para Tubarão Azul, na bacia de Campos, onde previa produzir cerca de 10 mil barris diários de petróleo por dia.

Depois do anúncio do fracasso ao mercado, a OGX entrou em recuperação judicial e hoje produz cerca de 5 mil barris de petróleo por dia em seus campos nas bacias de Santos Atlanta e Oliva) e Campos (Tubarão Azul e Tubarão Martelo) sob o nome Dommo Energia. A segunda multa, de R\$ 95,7 milhões, diz respeito a uma opção de venda que Eike realizou quando já tinha informações de que a OGX não iria produzir o que havia prometido.

Segundo a CVM, os argumentos da acusação provaram que Eike já sabia da inviabilidade dos campos de petróleo, mas continuava a dar declarações otimistas sobre as projeções de produção. O advogado do empresário informou que irá recorrer da decisão.

A seco. A OGX, Óleo e Gás Participações do grupo EBX foi criada em 2007 após a compra de 21 blocos de petróleo e gás natural nas bacias de Campos e Santos na 9.ª Rodada de Licitações do governo brasileiro. Em 2008, estreou na BM&FBovespa e operou até 2013, quando declarou recuperação judicial sem ter produzido uma gota de óleo, o que fez as ações despencarem 92% no mesmo exercício.

Em 2017, a empresa saiu da recuperação judicial e conseguiu novos parceiros para iniciar a produção nos campos de Atlanta e Oliva, na bacia de Santos, e Tubarão Martelo e Tubarão Azul, na Bacia de Campos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 28/05/2019**Seção:** Mercado**Autor:** Ivan Martínez-Vargas**Título:** Fachin suspende venda de gasodutos da Petrobras fechada por US\$ 8,6 bi

Ministro do Supremo atende a pedido de sindicatos e diz que negócio deveria ter aval do Congresso

O ministro Edson Fachin, do STF (Supremo Tribunal Federal), concedeu liminar que suspende a venda da malha de gasodutos das regiões Norte e Nordeste TAG (Transportadora Associada de Gás) pela Petrobras. O negócio, fechado em abril, envolve US\$ 8,6 bilhões.

Para especialistas, a decisão, que poderá ser revista pelo plenário do Supremo, traz incertezas sobre a transação e insegurança jurídica em processos de privatização em geral.

Fachin entendeu que o negócio deve ter autorização legislativa prévia e só pode ser realizado por meio de uma licitação, por se tratar da perda de controle estatal. A transação envolve a alienação de 90% da transportadora de gás.

O ministro atendeu sindicatos de petroleiros, que pediam a cassação de uma decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) que permitiu que a concorrência fosse levada adiante pela Petrobras, em janeiro.

O STJ derrubara uma decisão colegiada do TRF-5 (Tribunal Regional Federal) que barrou, em junho do ano passado, a venda da TAG por entender que o negócio deveria passar por um processo licitatório. Para o STJ, a suspensão teria grande impacto econômico negativo nos cofres públicos.

O TRF-5 levou em conta uma manifestação anterior do ministro Ricardo Lewandowski, do STF, sobre a venda de participações da União.

Para Lewandowski, só poderia haver dispensa de licitação nos casos em que a venda de ações não implica perda do controle de empresas públicas, sociedades de economia mista — caso da Petrobras — ou de suas subsidiárias — situação da TAG.

Com o acórdão do STJ, a Petrobras conseguiu concretizar a transação com o consórcio formado pela Engie (maior geradora privada de energia) e pelo fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec.

O negócio prevê o pagamento de US\$ 8,6 bilhões à Petrobras, incluindo dívidas da TAG com o BNDES.

A venda do ativo também obteve a aprovação do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) no início do mês. O órgão antitruste entende que o negócio não geraria risco de concentração de mercado.

Para Fachin, contudo, o STJ afrontou a determinação de Ricardo Lewandowski, “ainda que por vias oblíquas ou indiretas, ao permitir a continuidade do procedimento de venda de ativos sem a necessária e prévia licitação e sem a [...] autorização legislativa”.

O tema deverá ser apreciado em plenário, mas ainda não entrou na pauta da corte, controlada pelo presidente Dias Toffoli.

A Petrobras afirmou que ainda não foi notificada sobre a decisão de Fachin.

A estatal disse ainda, em nota, que “avaliará a decisão e irá tomar as medidas cabíveis em prol dos seus interesses e de seus investidores” e que “reforça a importância dos desinvestimentos através da gestão de portfólio para a redução do seu nível de endividamento e geração de valor”.

Para Leonardo Miranda, do escritório Tozzini Freire, a necessidade de licitação para alienação de ativos é um tema controverso e depende da interpretação da Lei das Estatais. “Há na legislação um dispositivo que dispensa essa concorrência para compra e venda de ações”, diz.

“A venda da TAG passou por um processo em que concorreram as principais empresas aptas a assumir o ativo.”

Os demais processos de privatização não são afetados pela decisão, mas o plenário do Supremo poderá exigir que o Congresso autorize as vendas, segundo Miranda.

“Sociedades de economia mista, em tese, deveriam poder competir com empresas privadas em condições de igualdade, o que essa necessidade de aprovação [no Congresso] impediria”, afirma.

Para Rafael Baleroni, sócio do escritório Cescon Barriau, a decisão traz insegurança em processos licitatórios.

“A venda da TAG passou por um mecanismo de competição, com várias propostas. O investidor mobilizou tempo e recursos para participar. Essa incerteza sobre a venda não é boa, pode reduzir o interesse privado de em processos similares.”

Com a Reuters

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/05/2019

Seção: Mercado

Autor: SÃO PAULO | REUTERS

Título: Estatal coloca à venda 27 campos terrestres de petróleo no Espírito Santo

A Petrobras divulgou a investidores processo para venda da totalidade de sua participação em 27 campos de petróleo maduros terrestres no Espírito Santo e instalações compartilhadas de escoamento e tratamento de produção, o chamado Polo Cricaré, informou a empresa nesta segunda (27).

Os campos à venda tiveram em 2018 produção total média de 2,8 mil barris por dia(bpd) de óleo e 11 milms/dia de gás.

As próximas etapas sobre o processo de venda serão informadas ao mercado, segundo a companhia. Os campos terrestres agora incluídos no plano estão nos municípios de São Mateus, Jaguaré, Linhares e Conceição da Barra.

A Petrobras é operadora e tem 100% de todos os ativos, que incluem os campos de Biguá, Cacimbas, Campo Grande, Córrego Cedro Norte, Córrego Cedro Norte Sul, Córrego Dourado, Córrego das Pedras, Fazenda Cedro, Fazenda Cedro Norte, Fazenda Queimadas, Fazenda São Jorge, Guriri, Inhambu, Jacutinga, Lagoa Bonita, Lagoa Suruaca, Mariricu, Mariricu Norte, Rio Itaúnas, Rio Preto, Rio Preto Oeste, Rio Preto Sul, Rio São Mateus, São Mateus, São Mateus Leste, Seriema e Tabuaiaí.

“Essa operação está alinhada à otimização do portfólio e à melhoria de alocação do capital da companhia, visando a geração de valor para nossos acionistas”, disse a Petrobras.

A Petrobras tem focado nas reservas do pré-sal. Em abril, anunciou planos para vender 8 de suas 13 refinarias, mantendo apenas as quatro unidades em São Paulo e a Refinaria Duque de Caxias, no Rio. As localizadas em outros estados serão vendidas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/05/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Vale tem novo diretor para área de minerais ferrosos e carvão

A Vale nomeou Marcelo Spinelli diretor-executivo de Minerais Ferrosos e Carvão da companhia, em substituição a Cláudio de Oliveira Alves, que ocupou o cargo interinamente por cerca de três meses.

Em comunicado, a mineradora descreveu Spinelli como executivo com “sólida experiência em operações integradas de logística”. Desde 2010 ele era diretor-presidente da VLI Logística, empresa de logística ferroviária e marítima que tem a Vale como acionista. Ele está na Vale desde 2002.

Oliveira Alves, que foi nomeado para a diretoria após o afastamento de Gerd Peter Poppinga em março, na sequência do rompimento de barragem em Brumadinho (MG), “está no momento avaliando novas oportunidades na Vale”, diz a companhia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/05/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Usiminas pagará reforma de R\$ 1,2 bi de alto-forno em MG

A Usiminas informou nesta segunda (27) que seu conselho de administração aprovou investimento de R\$ 1,234 bilhão até 2022 para a reforma de alto-forno de sua usina em Ipatinga (MG).

O equipamento vai parar em meados de 2021. O conselho ainda aprovou R\$ 143,9 milhões para um gasômetro, em substituição ao que explodiu em agosto de 2018.

A Usiminas, que tem mais dois alto-fornos, fará a reforma com recursos próprios.

A última no alto-forno 3, o maior e inaugurado em 1974, ocorreu em 1999 — até a nova reforma, em junho de 2021, ele terá 21 anos e 7 meses de operação. A ação dará mais duas décadas de uso ao forno, cuja capacidade saltará de 2,3 milhões de toneladas ferro gusa por ano para 2,9 milhões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/05/2019

Seção: Mercado

Autor: Raquel Landim

Título: CVM condena Eike a pagar multa de R\$ 536 mi por informação privilegiada

Empresário vendeu ações e papéis da OGX ao mesmo tempo em que omitiu a inviabilidade de Campos; advogado nega má-fé

A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) condenou nesta segunda-feira (27) o empresário Eike Batista a pagar multa de R\$ 536 milhões por crime de insider trading ao negociar ações da petroleira OGX de posse de informação privilegiada.

Ele também está proibido por sete anos de atuar como administrador de companhia aberta ou no conselho fiscal. A decisão foi unânime e será comunicada ao Ministério Público Federal. A defesa ainda pode contestar os valores da multa e o prazo da pena.

A CVM investigou o caso após reportagem da Folha de novembro de 2013 mostrar que administradores da OGX sabiam, desde julho de 2012, que as reservas da petroleira não correspondiam ao que fora divulgado ao mercado.

No processo, cuja conclusão demorou mais de cinco anos, Eike foi investigado pelos crimes de prática de insider trading, por vender ações quando dispunha de informação sobre dificuldades da empresa e manipulação de preço ao estimular investidores a manter os papéis da petroleira.

Na época, ele publicou mensagens no Twitter, onde tinha mais de 1,3 milhão de seguidores, exortando acionistas a manter os papéis, enquanto sabia que os campos de petróleo da empresa não eram viáveis. “As condutas de Eike violam gravemente o mercado de capitais e fulminam a confiança dos investidores”, disse Henrique Machado, diretor da CVM e relator do caso. Outros dois conselheiros e o presidente da CVM acompanharam o voto do relator.

O valor da multa foi considerado baixo pelos especialistas, pois representa um múltiplo de 2,5 da vantagem obtida por Eike com a venda dos papéis. Em média, a CVM tem aplicado sanções de três vezes o lucro apurado, que é o limite máximo permitido por lei.

“Apenas foi baixa. Há indícios de que Eike também operou por meio de terceiros, vendendo ações a descoberto. De toda forma, é decisão importante, porque vai balizar os processos criminais em curso”, diz Aurélio Valporto, presidente da Abradin (Associação Brasileira de Investidores).

Fundada em 2007, a OGX participou de rodada de licitações da ANP (Agência Nacional de Petróleo) e adquiriu blocos na bacia de Campos. Em 2008, a empresa abriu capital na Bolsa de Valores de São Paulo, captando R\$ 6,7 bilhões.

As primeiras dúvidas sobre a viabilidade da OGX vieram a público em março de 2013, quando a empresa anunciou queda expressiva na produção do campo de Tubarão Azul.

A Folha mostrou, todavia, que a diretoria da petroleira tinha evidências de que algo não ia bem desde julho de 2012, quando houve embates entre os técnicos de diferentes áreas da empresa sobre as reservas dos seus campos mais promissores: Tubarão Tigre, Tubarão Gato e Tubarão Areia.

Por ordem do então presidente da OGX, Luiz Carneiro, foi criado grupo de trabalho, com participação da consultoria Schlumberger, para avaliar a viabilidade dos campos.

O estudo foi levado à cúpula da empresa em setembro de 2013 e apontou reservas entre 49,5 milhões e 77,7 milhões de barris de óleo equivalente. Assim, desenvolver os campos era inviável, porque geraria prejuízo de R\$ 1 bilhão.

O último dado divulgado pela OGX era de 13 de maio de 2010 e estimava reservas entre 1,4 bilhão e 2,6 bilhões de barris de petróleo equivalente. Mas, além de não informar o mercado, em março de 2013, a empresa ainda declarou a comercialidade dos campos à ANP estimando volume de petróleo entre 521 milhões e 1.339 bilhão — abaixo do previsto em 2010, mas acima do estudo da Schlumberger.

Só em 1º de julho de 2013 a OGX informou ao mercado que não tinha tecnologia disponível para explorar os campos e que as avaliações anteriores deveriam ser descartadas.

Eike foi condenado por vender ações de posse de informação privilegiada em dois momentos. Entre 24 de maio de 2013 e 10 de junho de 2013, ele se desfez de papéis de R\$ 197 milhões — antes de informar sobre a situação dos campos. A defesa do empresário diz que a venda foi para quitar dívida com o fundo soberano Mubadala. “Não teve malandragem, má-fé nem intenção de usar informação privilegiada”, diz o advogado Ricardo Loretti.

A CVM não aceitou o argumento e disse que Eike negociou com a Mubadala a liberação das ações que dera como garantia para vendê-las e que poderia ter usado outras alternativas para quitar a dívida.

A segunda acusação de insider trading refere-se ao período de 28 de agosto de 2013 a 3 de setembro de 2013, quando Eike vendeu R\$ 111 milhões em ações da OGX e R\$ 24,8 milhões de papéis da OSX (estaleiro). A alienação dos papéis ocorreu antes de a OGX dizer que o empresário não aportaria R\$ 1 bilhão para salvar a companhia, como prometera.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 28/05/2019****Seção: Cotidiano****Autor: Isis Medeiros****Título: Risco de barragem se romper deixa rastro psicológico em Barão dos Cocais**

Mina de Gongo Soco, a 80 km de Belo Horizonte, tem expectativa de rompimento iminente

Barão de Cocais (MG)- Bruna Natalia Barbosa passou a usar medicação controlada para conter o estresse e ansiedade. Desde fevereiro, não consegue dormir sem os remédios.

Ela é uma das 6054 pessoas que vivem nas áreas demarcadas como em risco pelo plano de salvamento da Vale em Barão de Cocais, cidade 80 km a leste de Belo Horizonte onde fica a mina de Gongo Soco.

Natalia, 23, diz que desde fevereiro precisa recorrer a um agiota para pagar contas de aluguel. Sua lanchonete, ao lado do Fórum da cidade, parou por tempo indeterminado por falta de clientes.

"Há dois anos ia bem, agora não vem mais ninguém aqui. Eu não sei mais o que esperar. Há dois meses eu e meu marido não conseguimos pagar as contas, estão todas acumuladas e eles não me dão solução."

Além dos remédios, ela faz acompanhamento com psicólogos contratados pela Vale para atender a população. O temor de não conseguir acordar de madrugada e se salvar, caso a barragem venha romper, viraram constantes.

"Minha filha é pequena e eu preciso salvá-la. Não querem me tirar daqui, mas não vou conseguir sair por conta própria, não tenho pra onde ir. Por enquanto só estão retirando da área os acamados", afirma. Ela recebe da Vale, além do atendimento psicológico, uma cesta básica mensal.

"A gente já está é torcendo pra romper logo, acabar tudo e a gente tentar reconstruir a vida."

Nas últimas semanas, marcadas por treinamentos para evacuação, os moradores de Barão de Cocais convivem com a possibilidade de Gongo Soco estourar e despejar na cidade 6 milhões de metros cúbicos de rejeito, volume

equivalente à metade do tsunami de lama que cobriu Brumadinho (MG) em 25 de janeiro.

Em fevereiro, a mineradora informou à população de Barão de Cocais que os taludes que sustentam a estrutura da barragem Sul Superior, encarregada de abastecer a mina, estavam em situação precária. Se eles ruírem, a estrutura toda da mina, a 1,5 km dali, entra em risco de colapso.

Um muro de contenção está sendo erguido para evitar uma tragédia. A mancha da área de risco tem atuado como uma lama invisível na cidade, onde apenas os bairros mais altos foram poupados.

No território marcado em 8 de fevereiro, o cotidiano mudou.

Sinais na calçada e placas em laranja, um grau aquém da iminência do vermelho, alertam para a segurança principalmente na área central. Há uma semana, agências bancárias e dos Correios fecharam.

Se a lama vier, engolirá toda a área comercial, onde estão bancos e as principais lojas. É, também, a área de maior circulação, onde estão marcados os pontos de apoio aos quais a população deve recorrer em uma eventual evacuação.

Outras cidades, como Santa Bárbara e São Gonçalo do Rio Abaixo, também estão na rota dos rejeitos, segundo o plano de impacto da Vale. Os rios São João e Santa Bárbara podem ser contaminados em um trecho de 70 km.

"A cidade adoeceu, ninguém mais dorme. Temos um só hospital municipal. Nossa demanda na saúde está altíssima e não estamos conseguindo atender", diz Joseane Batista, secretária de saúde municipal.

Vilarejos menores na região estão semivazios após a retirada de 550 pessoas. Em Socorro, moradores que deixaram tudo para trás, às pressas, criticam a mineradora.

"Os psicólogos terceirizados estão nos adoecendo, eles querem minimizar o problema. Nosso município está o caos, não estávamos preparados para essa tragédia", diz Patrícia Reis, ex-funcionária da mineradora que trabalha na empresa de topografia do pai.

O artesão José João, 70, diz achar a espera pior do que a tragédia. Afirma ter medo de andar nas ruas e de deixar a esposa em casa sozinha, sem condições físicas de reagir ao toque da sirene de evacuação.

Descendente de indígenas e escravos, ele questiona por que a Vale não agiu assim em outras cidades afetadas por tragédias, como Mariana, atingida em

2015. "Até ontem não fizeram nada lá. Eu estava aqui quando o progresso chegou. Não tem um lugar onde ele chegue que deixe alegria."

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/05/2019

Seção: Economia

Autor: CAROLINA BRÍGIDO E RAMONA ORDOÑEZ

Título: STF suspende venda de rede de gasodutos da Petrobras

Em liminar, ministro Fachin suspende compra da subsidiária pela francesa Engie, anunciada em maio por US\$ 8,6 bilhões

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu ontem, por liminar, decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que permitiu a venda de 90% das ações da Transportadora Associada de Gás (TAG), subsidiária da Petrobras, por US\$ 8,6 bilhões. Dessa forma, o negócio não poderá ser concluído até que o plenário da Corte julgue o mérito. Fachin pediu urgência na inclusão do processo na pauta.

Em maio, a Petrobras acertou a venda de 90% das ações da TAG, que controla gasodutos no Norte e Nordeste, para um consórcio liderado pela francesa Engie. Em janeiro, o presidente do STJ, João Otávio Noronha, permitiu a venda sob o argumento de que o impedimento significaria grave risco à economia pública. O negócio é um dos principais já firmados até agora pela Petrobras em seu plano de venda de ativos para reduzir endividamento e concentrar investimentos na produção de petróleo. Também é parte da estratégia do governo para reduzir os custos do gás natural no país. A estatal planeja vender os 10% restantes da TAG.

Na análise do recurso apresentado pelo Sindicato dos Petroleiros do estado de São Paulo, Fachin destacou a necessidade de o plenário do STF decidir se esse tipo de operação deve ser precedido de "procedimento licitatório e autorização legislativa". Ele lembrou que, em junho de 2018, o ministro Ricardo Lewandowski decidiu, também em liminar, que a venda de ações de empresas públicas, sociedades de economia mista ou de suas subsidiárias ou controladas exige autorização do Congresso sempre que isto significar transferência de controle acionário. É outra liminar que deve ser avaliada em breve no plenário do STF.

INSEGURANÇA JURÍDICA

"Não vejo espaço para, à míngua de expressa autorização legal, excepcionar do regime constitucional de licitação a transferência do contrato celebrado pela Petrobras ou suas consorciadas", escreveu Fachin. A decisão ainda cita

estratégia anterior da Petrobras, de vender fatia de 60% em ativos de refino no Nordeste e no Sul do país. Em abril, a Petrobras atualizou o plano: quer vender oito refinarias.

Em comunicado, a Petrobras informou ontem que não foi intimada da decisão de Fachin e que, após análise, tomará “as medidas cabíveis em prol dos seus interesses e de seus investidores”. A Engie não se manifestou.

O Sindipetro Unificado-SP, um dos sindicatos que recorreram ao STF, comemorou a liminar como “mais uma vitória” em seu movimento contra privatizações na Petrobras. A entidade aponta irregularidades nos processos de vendas, como dispensa de licitação.

Para advogados, é preciso uma decisão definitiva do STF para que a insegurança jurídica não atrapalhe investimentos, sobretudo em petróleo e gás. Para o advogado José Del Chiaro, ex-secretário nacional de Direito Econômico, a lei indica a necessidade de aval do Congresso para venda da estatal, mas observa que é preciso melhorar o relacionamento institucional entre os três Poderes para viabilizar negócios e não prejudicar a Petrobras.

Os especialistas Felipe Feres, do Mattos Filho Advogados, e Ali El Hage Filho, do Veirano Advogados, destacam que o artigo 64 da Lei do petróleo (9.478/97) autoriza a Petrobras a criar subsidiárias. Portanto, na interpretação deles, também poderia vendê-las sem ouvir o Congresso.

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/05/2019

Seção: Economia

Autor: RENNAN SETTI

Título: CVM multa Eike Batista em R\$ 536 milhões

É a maior penalidade individual já aplicada. Autarquia concluiu ter havido manipulação de preços e uso de informações privilegiadas na venda de ações da OGX, em 2013. Defesa vai recorrer da decisão

O empresário Eike Batista foi condenado ontem ao pagamento de R\$ 536,5 milhões em multas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM, órgão regulador do mercado de capitais) por negociar ações da OGX e da OSX com base em informações privilegiadas e por manipular o preço dos papéis por meio de mensagens no Twitter. Uma das punições, de R\$ 440,8 milhões, é a maior multa individual já aplicada pelo órgão.

As multas equivalem duas vezes e meia as perdas evitadas pelo ex-bilionário para si mesmo com as operações. A maior, até então, era a que foi aplicada em

2008 ao Edegar Cid Ferreira, ex-dono do Banco Santos: R\$ 264,5 milhões. Eike também foi proibido de atuar como administrador ou conselheiro de companhias abertas por sete anos.

Em outros cinco processos já julgados pela CVM, Eike havia sido multado em R\$ 22,4 milhões. Em 2015, ele foi proibido de administrar empresas por cinco anos.

As multas de ontem foram aplicadas em um de cinco processos apreciados pelo colegiado da CVM. Todos tratavam da forma como Eike e outros executivos do grupo agiram em relação a informações sobre dificuldades operacionais das empresas antes de elas serem divulgadas a investidores em 2013.

O julgamento de três processos foi interrompido pelo pedido de vistas do presidente da CVM, Marcelo Barbosa. Mas nas ações sobre omissões nas demonstrações financeiras da OGX e OSX, o relator, Henrique Machado, votou pela aplicação de multa de R\$ 700 mil à Eike. Em outro, sobre a divulgação de fatos relevantes omissos ou excessivamente otimistas pela OGX, Machado votou pela absolvição de Eike.

No último processo, Eike e quatro ex-administradores da CCX, mineradora de carvão que atuava na Colômbia, foram absolvidos por unanimidade.

A área técnica da CVM acusou Eike de vender mais de R\$ 330 milhões em ações da OGX já sabendo que a petrolífera não conseguiria explorar os campos de petróleo que detinha, buscando induzir investidores a erro por meio de mensagens positivas publicadas no Twitter.

— Restou comprovado que o acusado se valeu de ardil, consistente em divulgar no Twitter comentários divorciados da realidade da OGX para atrair dolosamente a atenção dos investidores, a fim de alterar a percepção deles sobre a companhia e, com isso, obter ainda mais vantagens com as suas negociações — afirmou o relator do processo, diretor Henrique Machado.

Segundo a CVM, entre 24 de maio e 10 de junho de 2013, Eike vendeu o equivalente a R\$ 197,2 milhões em ações da OGX, já de posse de informações sobre a inviabilidade dos campos de petróleo da empresa — que só seriam divulgadas ao mercado em 1º de julho. Eike também teria informações privilegiadas quando vendeu, entre 28 de agosto e 3 de setembro de 2013, mais cerca de R\$ 136 milhões em ações da OGX e da OSX.

A CVM viu uso indevido de informação privilegiada (insider trading).

Segundo a Superintendência de Relações com Empresas (SEP) da CVM, a OGX sabia desde 2011 que a exploração dos campos seria mais complicada do que o imaginado inicialmente.

‘QUE BOBINHO’

A SEP ressaltou que, enquanto vendia ações, Eike publicou no Twitter, em 29 de maio de 2013, posts que refutavam críticas sobre a OGX. Em um deles, afirmou: “[que] bobinho (...) [mais] um que não tem paciência de esperar!” Sobre os resultados operacionais, Eike ponderou que “investimento não é prejuízo”.

Os comentários de Eike “teriam o condão de influenciar a negociação de ações em um montante de R\$ 75,4 milhões entre os dias 4 de 10 de junho de 2013”, segundo a área técnica da CVM.

A defesa disse que vai recorrer da decisão. Eike sustenta que as vendas de ações se deveram a obrigações contratuais, não à intenção de evitar perdas. Seu advogado, Darwin Corrêa, argumentou que não foi provado que Eike influenciou o mercado por meio do Twitter, observando que a própria procuradoria da CVM refuta essa tese.

— Só posso atribuir esse julgamento a uma visão de dar espaço a uma espécie de clamor público. O Eike é uma figura que desperta muitas emoções. As pessoas não se conformam que a OGX não deu certo pelo risco do negócio. Mas ele nunca teve a intenção de se beneficiar de nada—disse Corrêa.

VEÍCULO: O Globo**Data: 28/05/2019****Seção: O País****Autor:****Título: Áreas de Brumadinho cobertas por lama têm minério**

Vale é acusada de omitir potencial da região, o que aumentaria os valores das indenizações para moradores; empresa nega

A Vale está sendo acusada de omitir informações sobre parte dos terrenos atingidos pela lama em Brumadinho, na Região Central de Minas Gerais, que têm potencial de mineração. Segundo a Agência Nacional de Mineração (ANM), há esse potencial em locais devastados pela tragédia provocada pelo rompimento da barragem da mineradora. De acordo com o órgão, isso não foi informado aos donos dos terrenos e nem à Defensoria Pública, que homologou acordos de indenização entre a mineradora e os moradores.

Para o Movimento dos Atingidos por barragens (MAB), a informação dá direito aos moradores de reivindicar mais dinheiro do que está sendo oferecido pela empresa. A força-tarefa formada pela Defensoria Pública da União e pelos ministérios públicos Estadual e Federal pede à Defensoria Pública de Minas

providências para que as famílias que aceitaram o acordo com a Vale não fiquem prejudicadas.

A polêmica está debaixo de toneladas de lama, e a área coberta de rejeitos de minério da barragem que se rompeu em Brumadinho pode ser lucrativa para a Vale. São 905 hectares que ficam perto do Córrego do Feijão — área equivalente a 900 campos de futebol. O terreno, que está sem vida, era fonte de renda para agricultores da região antes da tragédia. No local existiam sítios, plantações e criações de animais que serviam de sustento para moradores.

O que ninguém sabia é que debaixo desse solo existe uma jazida mineral, e a Vale mira nela há pelo menos 13 anos. O documento da ANM mostra que a mineradora começou o processo de pesquisa no terreno em 2006.

PESQUISA SOB SIGILO

A área foi vasculhada pela empresa durante quatro anos, com autorização da agência. Segundo a Vale, o relatório final, apresentado à ANM, foi positivo quanto à existência de minério. A empresa informou que na região foi encontrado um potencial minerário pequeno, contestado por alguns especialistas.

Segundo o MAB, a falta de transparência nas informações prejudica as famílias.

—É uma postura de um criminoso que amplia cada vez mais o seu crime na medida em que ele sonega as informações à população e, com isso, consegue retirar direitos dessa população —afirmou Joceli Andreoli, membro da Coordenação Nacional do MAB.

O processo de pesquisa minerária está sob sigilo a pedido da Vale, e a data dessa solicitação gerou desconfiança. O sigilo foi pedido à ANM no dia 9 de abril deste ano, quatro dias depois da assinatura do termo de compromisso feito com a defensoria. O MP pediu informações sobre o processo à ANM.

Em nota, a Vale informou que solicitou o sigilo para o conteúdo de todos os seus processos e relatórios, e não somente o desse caso. Segundo a empresa, por uma questão de estratégia de negócio, e essa solicitação está em análise pela AnM. No fim da tarde de ontem, a empresa disse que "jamais" realizará "exploração minerária nas áreas próximas à mina do Córrego do Feijão." A tragédia de Brumadinho provocou 243 mortes; 27 estão desaparecidas. (Do G1)

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 28/05/2019****Seção: Economia****Autor: Simone Kafruni****Título: Suspensa venda da TAG**

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Edson Fachin concedeu liminar que suspende a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG), subsidiária da Petrobras. Em abril, a estatal anunciou a transferência de 90% da empresa para um consórcio formado pelo grupo francês Engie e pelo fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Quebec (CDPQ) por US\$ 8,6 bilhões.

A decisão da Suprema Corte, proferida na sexta-feira, suspendeu decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que autorizava a venda, e restabeleceu o julgado pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), que determinou à petroleira seguir a sistemática do Plano Nacional de Desestatização para fazer desinvestimentos, ou seja, por meio de licitação. Para Fachin, a operação também desrespeita liminar do ministro Ricardo Lewandowski, que estabeleceu a necessidade de autorização prévia do Legislativo e processo licitatório para venda de ações que resultem na perda de controle das companhias públicas.

O pedido de liminar foi ajuizado pelo Sindicato Unificado dos Petroleiros do Estado de São Paulo (Sindipetro-SP), pelo Sindicato dos Petroleiros do Estado da Bahia (Sindipetro-BA) e pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Refinação, Destilação, Exploração de Petróleo nos Estados do Paraná e Santa Catarina (Sindipetro PR/SC).

Os sindicatos pediram a concessão de medida liminar para determinar “a suspensão do procedimento de venda da TAG, da Araucária Nitrogenados S.A. (Ansa) — empresas subsidiárias integrais da Petrobras — e de formação de parcerias em refino que impliquem a alienação de 60% das refinarias Landulpho Alves (RLAM) e Abreu e Lima (Rnest), bem como das refinarias Alberto Pasqualini (Refap) e Presidente Getúlio Vargas (Repar), através da criação de subsidiárias e posterior alienação de suas ações, englobando ainda ativos de transporte e logística integrados a estas unidades”.

A suspensão, no entanto, foi apenas da operação envolvendo a TAG. O ministro justificou que “a venda de ações de empresas públicas, sociedades de economia mista ou de suas subsidiárias ou controladas exige não apenas prévia autorização legislativa, sempre que se cuide de alienar o controle acionário, bem como que a dispensa de licitação só pode ser aplicada à venda de ações que não importem a perda de controle acionário de empresas públicas,

sociedades de economia mista ou de suas subsidiárias ou controladas”. Fachin reforçou o pedido para que o tema seja incluído na pauta do plenário “para fins de apreciação colegiada dessa relevante matéria.”

Procurada, a Petrobras informou que ainda não foi intimada da decisão liminar proferida pelo ministro Fachin, restabelecendo a decisão do TRF5, que havia suspenso a venda em 5 de junho de 2018. “A Petrobras avaliará a decisão e tomará as medidas cabíveis em prol dos seus interesses e de seus investidores”, disse a companhia, em nota.

A estatal reforçou “a importância dos desinvestimentos através da gestão de portfólio para a redução do seu nível de endividamento e geração de valor, em linha com seu Plano de Negócios e Gestão 2019-2023 e Plano de Resiliência”.

MME / ASCOM .